

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS DO CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR E PEDAGÓGICO - CAMP DO MUNICÍPIO DE CALÇADO-PE

Eliarke Sales de Lucena¹

Ana Maria Damasceno Landim²

Resumo

Este artigo analisa a implementação do Centro de Atendimento Multidisciplinar e Pedagógico (CAMP) no município de Calçado-PE, com foco no Atendimento Educacional Especializado (AEE) voltado a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, teve como objetivo compreender a estrutura, os desafios e as perspectivas do CAMP. Os dados foram obtidos por meio de observações e questionários aplicados à equipe técnica desse Centro. Os resultados apontam avanços importantes na construção de uma política pública inclusiva, apesar das limitações estruturais, da ausência de parte dos profissionais e resistências de algumas famílias. Conclui-se que o CAMP representa uma experiência promissora na promoção da inclusão de crianças com deficiências, destacando-se pela escuta ativa, pelo acolhimento e envolvimento de todos na superação das barreiras à aprendizagem.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Escola pública. Políticas públicas.

ABSTRACT

¹ Possui Graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (2013) e em Administração Pública, pelo Instituto Federal de Alagoas - IFAL (2021). É pós-graduado em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Especial pela Faculdade Futura (2018). Email: eliarke.s.lucena@gmail.com

² Mestre em Saúde da criança e do adolescente (UECE). Especialista em Psicopedagogia Clínica/ Institucional e Educação a Distância (UECE). Professora e Técnica em Educação (Prefeitura Municipal de Maracanaú- CE). Email: anamariadamascenolandim@gmail.com

This article analyzes the implementation of the Multidisciplinary and Pedagogical Assistance Center (CAMP) in the municipality of Calçado, Pernambuco, focusing on Specialized Educational Assistance (SEE) for students with disabilities, developmental disorders, and special abilities. The qualitative and descriptive research aimed to understand the structure, challenges, and prospects of CAMP. Data were collected through observations and questionnaires administered to the technical team. The results indicate important progress in developing an inclusive public policy, despite structural limitations, the absence of some professionals, and resistance from some families. The conclusion is that CAMP represents a promising experience in promoting the inclusion of children with disabilities, distinguished by its active listening, welcoming approach, and the involvement of all in overcoming barriers to learning.

Keywords: Inclusive education. Specialized Educational Assistance. Public school. Public policy.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos um momento em que a inclusão social se tornou uma prioridade. A sociedade tem mudado sua forma de pensar e agir, buscando garantir mais respeito, igualdade e oportunidades para todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiência. Isso tem influenciado diretamente as políticas públicas, que passaram a valorizar a diversidade e a promover o direito de todos à participação em diferentes áreas da vida, como a escola, o trabalho e o convívio social. Na educação, não poderia ser diferente, essas mudanças exigem buscar um novo olhar para a forma como a escola acolhe seus estudantes. É necessário a garantia de que todos tenham não só o direito de estudar, mas também que a aprendizagem chegue com qualidade e de uma forma acessível e que se adeque a cada necessidade.

Para atender as novas necessidades de inclusão, surgem os Centros de Atendimento Educacional Especializado, um espaço para oferecer um apoio extra aos alunos com deficiência, transtornos de desenvolvimento e altas habilidades, auxiliando no seu desenvolvimento pessoal e escolar. Junto com a escola regular deve garantir que o aluno tenha mais êxito na aprendizagem, com o auxílio de diferentes profissionais e materiais adaptados para cada necessidade. Regulamentado pelo Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, tem por objetivo

promover uma educação especial que traga igualdade de condições a todos os estudantes, conforme estabelece a seguir:

Art. 2º: A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º – Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I – Complementará formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou,

II – Suplementará formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º – O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Neste cenário, o presente artigo fará um estudo sobre o Atendimento Educacional Especializado no Centro de Atendimento Multidisciplinar e Pedagógico do Município de Calçado-PE (CAMP), um espaço recém-inaugurado, que iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2023. E quando se trata da implantação desse serviço principalmente nas áreas menores e interioranas, como o caso de Calçado-PE, diversas dificuldades podem surgir, especialmente em sua fase inicial de funcionamento. Tais desafios podem estar relacionados a fatores estruturais, humanos, financeiros e culturais que impactam diretamente a qualidade do atendimento ofertado. Porém, um espaço como este, pode trazer perspectivas promissoras e experiências enriquecedoras, com iniciativas bem conduzidas mostram que, mesmo com poucos recursos, é possível criar espaços acolhedores, adaptar materiais com criatividade e desenvolver metodologias eficazes a partir da escuta atenta às necessidades dos alunos.

A escolha pelo estudo do Centro de Atendimento Multidisciplinar e Pedagógico (CAMP) foi motivada pela importância desse espaço no fortalecimento da educação inclusiva no Município de Calçado-PE. Além disso, o autor possui um envolvimento pessoal com a temática, por ter em sua família uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que necessita de acompanhamento especializado, o que amplia sua compreensão sobre a relevância desses serviços na realidade escolar. Outro ponto que motivou a análise desta pesquisa, foi a proximidade, na época do processo de implantação do centro (2018), que proporcionou uma visão prática e crítica sobre seus desafios e potencialidades. Assim, esta pesquisa se propõe a analisar e dar visibilidade às experiências construídas nesses dois anos de funcionamento e sua colaboração para a melhoria das práticas e para a promoção de uma educação mais justa e humanizada.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar a implementação deste atendimento, identificar seus desafios, avanços e impactos na inclusão escolar de estudantes com deficiências. Busca-se também, caracterizar o modelo de atendimento do CAMP, incluindo sua estrutura, equipe multidisciplinar e recursos pedagógicos disponíveis e identificar os principais desafios enfrentados considerando aspectos estruturais, humanos e financeiros.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, pois busca compreender os desafios, as práticas e os impactos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da rede pública de ensino do município de Calçado-PE, a partir da implantação do Centro de Atendimento Multidisciplinar e Pedagógico (CAMP). Este tipo de pesquisa busca descrever determinada situação em detalhes, a partir de uma perspectiva mais subjetiva, que não se preocupa com estatísticas ou números, segundo Neves (1996):

A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, aí situe sua interpretação dos fenômenos estudados. (NEVES, 2015, p. 01)

Neste viés, a investigação do CAMP se enquadra neste tipo de pesquisa, pois envolve contato direto com o contexto estudado, por meio de coleta de dados observações, e análise centrada na compreensão das vivências no espaço. Busca-se um retrato fiel da realidade que será observada, destacando o contexto social inserido, suas limitações, avanços, singularidades e contribuições para inclusão escolar, trazendo uma natureza descritiva da pesquisa.

A metodologia baseou-se em observações e levantamento de informações junto à equipe do espaço. A questão que nos norteará será a seguinte: de que forma o Atendimento Educacional Especializado (AEE) vem sendo implantado no município de Calçado-PE e quais são os principais desafios, avanços e impactos observados na inclusão de estudantes com deficiências?

Nesse sentido, serão apresentados questionários à equipe técnica que atua no local. O documento será composto por perguntas abertas, com o objetivo de levantar informações sobre a rotina de atendimentos, os recursos utilizados, as estratégias pedagógicas, os principais desafios enfrentados e a percepção dos profissionais sobre o impacto do atendimento na aprendizagem dos alunos com deficiência. O material permitirá ampliar a percepção sobre a eficácia do serviço e as condições de trabalho oferecidas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 UM BREVE HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

A história da deficiência é extensa, complexa e marcada por estigmas, exclusão e preconceitos sociais. Desde os tempos antigos, as pessoas com deficiência foram vistas, em diferentes, como seres imperfeitos, inúteis, e, por vezes, como castigos divinos. Para Cassiano e Bressan (2017, p. 306), “podemos entender que desde as civilizações mais antigas, a pessoa com deficiência já era segregada, e que essa segregação, pouco ou nada incomodavam o restante da sociedade.

Na Antiguidade, as concepções eram extremas e variavam conforme a cultura. Os egípcios, por exemplo, demonstravam certa aceitação. Há registros arqueológicos que indicam a integração de pessoas com deficiência em diversas funções sociais,

como artistas, músicos e até servidores da elite faraônica. Essa sociedade, mesmo sem conhecimento médico ou científico moderno, demonstrava algum grau de inclusão e respeito. Segundo Corrent, (2015):

Na sociedade Egípcia essas questões de deficiência eram, mas branda, onde não se excluía, julgava ou condenava, pelo contrário os egípcios se mostravam, mas caridosos quantos, essas questões, pois demonstravam afetos e preocupações com as pessoas que eram deficientes, oportunizando eles de terem trabalhos, como de poderem se sustentar e ter uma vida comum aos demais. (CORRENT, 2015, p. 03).

Ao contrário dos gregos e romanos, a deficiência para estas civilizações era sinônimo de exclusão e até eliminação. Os gregos, ao exaltarem a perfeição do corpo e da mente, consideravam pessoas com deficiência como subumanas. Crianças nascidas com alguma limitação física ou sensorial eram abandonadas ou mortas. Platão e Aristóteles chegaram a defender essas práticas como forma de preservar a ordem social. Em Roma, deficientes eram tratados como descartáveis: abandonados, explorados em circos ou prostíbulos, muitas vezes usados como objeto de diversão ou pena. “Para os gregos os deficientes não tinham nada a contribuir com a sociedade, pelo contrário, estavam contrapondo seus ideais, sem mencionar que eram consideradas subumanas, ou seja, uma pessoa que está à baixa da vida humana”. (CORRENT, 2015, p. 04). Corrent (2015), ainda afirma:

A sociedade romana considerava inútil a existência de deficientes e pior considera-os descartáveis, defendendo a ideologia de sacrificar, ou deixar a mercê da sorte, porque muitas vezes deixavam essas crianças em lugares de extremo perigo, como lugares em que viviam animais selvagens, famintos, com isso, acabavam por devorar essas crianças, outros as colocavam em rios ou em lugares considerados sagrados e as abandonavam. (CORRENT, 2015, p. 06)

Com o surgimento do cristianismo, novas ideias começaram a surgir, especialmente no que diz respeito à caridade e ao acolhimento. Ainda que a deficiência continuasse sendo associada ao pecado ou castigo divino, surgiram os primeiros abrigos e hospitais. Durante a Idade Média, pessoas com deficiência eram vistas com desconfiança e medo, e frequentemente institucionalizadas, sendo afastadas da sociedade por meio de asilos e conventos.

O avanço da medicina nos séculos XVII e XVIII mudou o olhar sobre a deficiência: passou-se a vê-la como uma condição patológica, algo que poderia ser classificado e tratado. Porém, esse modelo médico reforçou a visão de que a deficiência era um "problema a ser corrigido", o que também alimentou práticas de segregação, como internações em instituições específicas. Na Revolução Industrial, a valorização da produtividade agravou a exclusão dos deficientes, agora vistos como "improdutivos" e, portanto, descartáveis para o mercado de trabalho.

Somente no século XIX surgiram as primeiras ações educacionais mais estruturadas voltadas às pessoas com deficiência, com destaque para o surgimento do método Braille e instituições especializadas para surdos e cegos. No Brasil, foram criados o Instituto Benjamin Constant, em 1854, e o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (1857).

Nesse período de tempo muita coisa aconteceu. Foram criadas as primeiras instituições para crianças surdas e cegas nos Estados Unidos, destacando-se o fato que marcou e mudou imensamente a vida das pessoas cegas: o método Braille foi criado por um jovem que mudou um código militar, para que as pessoas cegas também o pudessem usar. Cassiano e Bressan (2017, p. 310)

Porém, ainda prevalecia o modelo assistencialista, que via o deficiente como alguém a ser cuidado, e não necessariamente como sujeito de direitos.

O século XX marcou o início de uma virada. A partir da Segunda Guerra Mundial, com o aumento do número de pessoas com deficiência (especialmente mutilados de guerra), cresceu a consciência sobre a necessidade de garantir seus direitos e participação na sociedade. Movimentos sociais passaram a reivindicar acessibilidade, autonomia e inclusão. A ONU, em 1981, proclamou o "Ano Internacional das Pessoas com Deficiência", o que impulsionou a criação de leis e políticas públicas em diversos países.

No Brasil, a partir da década de 1980, surgiram organizações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Essas entidades foram fundamentais na luta por reconhecimento, respeito e inclusão, culminando em políticas públicas voltadas para acessibilidade, educação inclusiva, cotas no mercado de trabalho e garantias legais:

Foram criadas, a partir do ano de 1984, a Federação Brasileira de Entidades de Cegos (FEBEC), a Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (MORHAM) e por fim, o Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes. Cassiano e Bressan (2017, p. 312)

Mesmo com todos esses avanços, o preconceito ainda está presente, muitas vezes de forma implícita. Ainda há resistência à plena inclusão, e muitos espaços sociais continuam pouco acessíveis. A deficiência, hoje, é entendida sob o modelo social, que defende que o verdadeiro obstáculo não está no indivíduo, mas nas barreiras físicas, sociais e atitudinais criadas por uma sociedade que ainda privilegia a “normalidade”.

A inclusão, especialmente no ambiente escolar, é vista como um dos caminhos mais importantes para transformar essa realidade. É na escola que se forma a mentalidade das futuras gerações, e por isso é essencial promover desde cedo a convivência respeitosa com a diversidade. A educação especial, quando bem estruturada, é uma ferramenta poderosa para garantir que pessoas com deficiência tenham oportunidades reais de desenvolvimento e participação social.

Em resumo, a trajetória das pessoas com deficiência é marcada por dor, resistência e conquista. Ao longo dos séculos, essas pessoas passaram de alvo de eliminação para sujeitos de direitos, e hoje lutam, com apoio de leis e movimentos sociais, por uma sociedade mais justa, acessível e inclusiva. O desafio que permanece é o de mudar mentalidades, o preconceito pode ter mudado de forma, mas continua sendo um dos principais obstáculos à verdadeira inclusão.

2.2 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A ampliação do acesso à educação pública no Brasil ganhou força com a Constituição Federal de 1988 e foi consolidada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996. No caso das pessoas com deficiência, esse direito passou a ser efetivado por meio de diretrizes específicas e investimentos públicos, estabelecidos a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva (PNEE), esta, lançada em 2008, é um documento que foi construído por meio de debates entre gestores e especialistas da área e coordenados pelo Ministério da Educação em 2007. Ela define diretrizes para orientar os investimentos e ações voltados à educação especial no Brasil. Sua criação foi baseada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) que ocorreu em Nova York, no qual o Brasil foi signatário e assumiu uma série de compromissos, principalmente na educação. Foi um grande marco para inclusão de pessoas com deficiência. Segundo Correia e Baptista,

Esse movimento internacional pode ser compreendido como um avanço significativo na conquista de direitos das pessoas com deficiência. A política pública de educação especial brasileira, ao se pautar nas indicações desse movimento, está em consonância com os anseios dessa população. Correia e Baptista (2018, p. 729)

A PNEE, tem por principal objetivo, garantir uma educação de qualidade para todos. Ela reconhece a inclusão como uma ação política, cultural, social e pedagógica, atribuindo à escola o papel de superar práticas excludentes. Para dar concretude ao documento, foi criado programas governamentais que visam estruturar e apoiar os sistemas de ensino em três eixos principais. O primeiro eixo refere-se à formação continuada dos profissionais da educação, Tem como objetivo capacitar docentes para atuarem tanto nas salas de aula regulares quanto no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Entre as ações desenvolvidas, destaca-se o letramento em educação especial, fundamentado na perspectiva da educação inclusiva e no modelo social da deficiência. Além disso, o eixo abrange a formação específica de gestores escolares, com o intuito de fortalecer as práticas de gestão educacional inclusiva e promover uma cultura institucional comprometida com o direito à educação para todos.

O segundo eixo diz respeito, inclusão aos alunos com deficiência inseridos no ensino comum. Essa atuação se concretiza, principalmente, por meio do Atendimento Educacional Especializado, realizado em espaços próprios dentro das escolas regulares. Com a implantação do Programa Sala de Recursos Multifuncionais, as instituições passaram a contar com materiais, tecnologias assistivas e professores especializados que oferecem suporte pedagógico complementar às necessidades dos

estudantes. O último, o terceiro eixo trata da promoção da acessibilidade nas escolas. Nesse aspecto, destacam-se iniciativas como o Programa Escola Acessível, que visa adaptar os espaços físicos, mobiliários, comunicação e informação das unidades escolares, além do Programa Transporte Escolar Acessível, que busca garantir o deslocamento seguro e adequado dos estudantes com deficiência. Essas ações demonstram o compromisso do poder público com a eliminação das barreiras que historicamente limitaram o acesso, a permanência e a participação plena desses estudantes na escola regular.

É notório a importância deste documento, que não assegura apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem desses estudantes, oferecendo apoio complementar, além de promover formação docente, envolvimento da família e garantia de acessibilidade. Segundo Machado e Vernick.

Essa política impele os sistemas de ensino a se organizarem de forma a atender todos os alunos, sem qualquer forma de categorização das deficiências e tem como objetivos específicos garantir: oferta do atendimento educacional especializado (AEE); continuidade de estudos e acesso aos níveis mais elevados de ensino; promoção de acessibilidade universal; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação de profissionais da educação e comunidade escolar; transversalidade da modalidade de ensino especial desde a educação infantil até a educação superior; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Machado e Vernick (2013, p. 57)

A PNEE representa um grande marco na educação brasileira, principalmente, por definir a educação especial como uma modalidade de ensino que não pode ser substituída ao ensino regular. Traz uma nova roupagem, deixando de lado uma prática isolada, mas trazendo serviços e recursos complementares ao ensino comum. Ela representa um compromisso ético e social com a construção de uma escola democrática, que respeita a diversidade e promove o desenvolvimento de todos os alunos em condições de igualdade. Seu fortalecimento e continuidade são fundamentais para que a inclusão deixe de ser apenas um ideal e se torne, de fato, uma realidade vivenciada no cotidiano escolar.

À luz da PNEE, o profissional de AEE exerce um papel fundamental na promoção de uma educação de qualidade para todos, contribuindo com a superação de práticas excludentes e com a construção de um sistema educacional inclusivo. Como apontam Correia e Baptista (2018), essa política está em consonância com os compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), representando um avanço significativo na consolidação dos direitos dessa população no âmbito educacional. A sua atuação tem como foco principal o desenvolvimento de práticas pedagógicas que garantam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação, por meio de apoios especializados e recursos pedagógicos adaptados às suas necessidades.

Esse profissional desenvolve um trabalho planejado e individualizado, com base na avaliação das barreiras que dificultam o processo de escolarização dos alunos. Entre suas atribuições, destacam-se a elaboração de Planos de Atendimento Educacional Especializado, a utilização de tecnologias assistivas, o desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis e a implementação de estratégias pedagógicas específicas que favoreçam a aprendizagem. Além disso, atua em articulação com professores do ensino comum, gestores escolares, famílias e demais profissionais da rede de apoio, fortalecendo a inclusão escolar em todas as suas dimensões.

Segundo Machado e Vernick (2013), o trabalho do profissional do AEE deve estar ancorado na perspectiva da transversalidade da educação especial, contemplando todos os níveis e etapas do ensino. Isso requer uma atuação baseada na promoção da acessibilidade, na formação continuada dos educadores, na articulação das políticas públicas e na valorização da diversidade humana. O AEE, portanto, não substitui o ensino regular, mas o complementa e o suplementa, proporcionando os apoios necessários à efetivação da inclusão. Além disso, assume um papel estratégico dentro do sistema educacional, sendo agente ativo na implementação da política de educação inclusiva. Sua presença nas unidades escolares representa não apenas o cumprimento de um direito, mas a materialização de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde todos os alunos possam desenvolver seu potencial em igualdade de condições. O fortalecimento de sua atuação, por meio de políticas de formação, valorização profissional e infraestrutura adequada, é essencial para consolidar os avanços conquistados e enfrentar os desafios ainda

presentes na efetivação de uma educação que respeite as diferenças e promova a equidade.

Diante disso, é imprescindível reconhecer que o sucesso da política de inclusão depende, em grande medida, da valorização do profissional que lida diretamente com esses estudantes e do compromisso coletivo das instituições educacionais. Para além da oferta de serviços especializados, é necessário fortalecer a cultura da inclusão em todos os níveis do sistema educacional, garantindo que a diversidade seja vista como um valor e não como um obstáculo. Nesse processo, destaca-se também a importância da conscientização das famílias, especialmente dos pais ou responsáveis, sobre os direitos educacionais de seus filhos e sobre o papel que desempenham na construção de uma escola mais inclusiva e participativa.

Além disso, os gestores escolares e os governantes têm responsabilidade direta na implementação de políticas públicas eficazes e na destinação de recursos que viabilizem a estrutura necessária para o atendimento adequado de todos os estudantes. Investir na formação continuada, nas condições de trabalho dos profissionais, na acessibilidade e na articulação entre os diferentes setores da sociedade é assegurar que os direitos das pessoas com deficiência sejam efetivamente respeitados e promovidos. Assim, o trabalho do profissional do AEE se consolida como essencial na transformação da escola em um espaço verdadeiramente democrático, acessível, participativo e acolhedor para todos.

3. CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR E PEDAGÓGICO - CAMP DO MUNICÍPIO DE CALÇADO-PE: ASPECTOS HISTÓRICOS

A cidade de Calçado é um município do Agreste Meridional de Pernambuco. A história da cidade remonta a 1825, quando havia uma fazenda pertencente ao Sr. Bernardino Alves do Nascimento. Nessa fazenda, havia uma grande árvore Baobá, conhecida localmente como Barriguda. Sob a sombra dessa árvore, um boi preto com as quatro patas brancas pastava e descansava, recebendo o nome de Boi Calçado devido à impressão de estar "calçado" pelas patas brancas.

O Município se desenvolveu ao longo dos anos, e hoje é conhecido como “a terra da lavoura” sendo habitado por um povo acolhedor e trabalhador. Sua história está ligada a uma rica tradição de agricultura familiar, e a cidade tem orgulho de sua cultura

e identidade únicas. A agricultura, principalmente voltada ao feijão e ao milho, ainda é a base econômica do município e o boi "calçado" e a árvore Barriguda são símbolos que recordam as origens e o desenvolvimento da Cidade. Com base no último Censo Demográfico do IBGE (2022), consta que Calçado possui cerca de 11.445 habitantes.

O cenário educacional do município de Calçado-PE, atende aproximadamente 1.730 (um mil, setecentos e trinta) estudantes distribuídos em quinze escolas. Em uma cidade de pequeno porte, onde a educação se configura como principal via para transformação social e melhoria da qualidade de vida, a Secretaria Municipal de Educação tem como meta garantir oportunidades educacionais equitativas para todos. Nos últimos anos, a crescente demanda por um atendimento qualificado aos estudantes com necessidades especiais evidenciou a necessidade de criar um espaço especializado, o que motivou a presente análise sobre a oferta desse serviço no contexto local. Foi criado em maio do ano de 2023 o Centro de Atendimento Multidisciplinar Pedagógico de Calçado – CAMP, que atende um grupo multidisciplinar, dividindo-se em:

- Educação Inclusiva, que compete a coordenadora do espaço planejar e acompanhar a proposta de inclusão na comunidade, como também, subsidiar os atendimentos especializados e ministrar momentos formativos para os profissionais.

- Sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, que garante a oferta de atividades com propósito de estimular o desenvolvimento de estudantes com deficiência, transtornos de aprendizagem ou altas habilidades, objetivando eliminar barreiras para a participação na vida social. Atualmente a sala atende 33 (trinta e três) estudantes o funcionamento das atividades acontece de segunda a sexta-feira com o atendimento no contra tudo, onde os estudantes são atendidos individualmente uma vez por semana, em média 40 minutos.

- Reforço escolar, que contempla estudantes dos 2º, 5º e 9º anos, objetivando ofertar intervenções nas habilidades ainda não alcançadas em cada etapa. Atualmente, acompanha 90 (noventa) estudantes, distribuídos em 10 (dez) grupos de reforço nos horários matutino e vespertino, com a carga horária de 9 horas semanais.

Este trabalho enfatizará a Sala de AEE, como vem sendo implementada, seus desafios e potencialidades no âmbito do sistema público de ensino calçadense, pois

sabe-se que inúmeros são os desafios para a gestão implementar um serviço novo para a população.

3.1 A SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CAMP

A Sala de Atendimento Educacional Especializado no CAMP- município de Calçado-PE, funciona como um espaço dedicado à atenção individualizada dos alunos com Transtorno Espectro Autista – TEA, TDAH e deficiência intelectual. Seu principal objetivo é atender às necessidades específicas desses estudantes, considerando que, muitas vezes, em salas regulares com grande número de alunos, os professores não conseguem oferecer um olhar sensível e adaptado às suas demandas particulares.

O atendimento ocorre em horários diferenciados da sala regular, funcionando das 8h às 12h e das 14h às 17h. Para conhecer de perto o funcionamento do CAMP, foi realizada uma que possibilitou uma observação detalhada da estrutura física e a aplicação de um questionário para avaliação.

A sala do Atendimento Educacional Especializado apresenta um espaço relativamente amplo e acolhedor, equipado com mobiliário infantil, mesas e cadeiras adequadas e uma estante contendo livros paradidáticos. Contudo, há uma carência significativa de materiais pedagógicos específicos, jogos e brinquedos que poderiam enriquecer as atividades desenvolvidas. A maioria desses materiais existentes são simples e confeccionados pelas próprias profissionais. Além disso, o espaço ainda não dispõe de computadores, tablets, impressoras e a profissional responsável utiliza seu equipamento pessoal para realizar algumas das atividades propostas.

No que diz respeito à infraestrutura do prédio que abriga o CAMP, uma casa locada pela Prefeitura, foram identificadas limitações no quesito acessibilidade para alunos com deficiência física. O ambiente carece de adaptações essenciais como corrimão, portas mais largas e possui apenas um único banheiro, o que dificulta a mobilidade e autonomia desses estudantes.

Quanto à equipe técnica prevista no projeto inicial de implantação do CAMP, esperava-se a composição bem completa, conforme tabela abaixo. Entretanto, até o momento, a equipe conta apenas com uma coordenadora, uma recepcionista, um psicólogo e duas pedagogas com especialização em educação especial.

**TABELA 1 – EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO DE ATENDIMENTO
MULTIDISCIPLINAR E PEDAGÓGICO - CAMP**

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO PROFISSIONAL - exigência mínima-	QUANTIDADE MÍNIMA DO CAMP
Gestor(a) do CAMP	- Graduação em Pedagogia com Especialidade da Educação Especial	01
Psicóloga/o	- Graduação em Psicologia com Especialidade em TCC Com registro no Conselho da Classe	01
Professor(a) de AEE	-Graduação em Pedagogia com Especialidade em AEE	02
Psicopedagoga/o Clínica e Institucional	- Graduação em qualquer área da Educação com Especialidade em Psicopedagogia Clínica e Institucional	02
Coordenador(a) Pedagógico(a)	- Graduação em Pedagogia com Especialidades da Educação Especial	01
Assistente Social	- Graduação em Serviço Social Com registro no Conselho da Classe	01
Fonoaudióloga/o	- Graduação em Fonoaudiologia Com registro no Conselho da classe	01
Apoiador Escolar	- Possuir Ensino Médio e qualificação para trabalhar com crianças, adolescentes e adultos com deficiências no ambiente escolar.	01

Professor Intérprete de LIBRAS	Graduação em Pedagogia com proficiência em LIBRAS	01
Professor(a) de Braille	Graduação em Pedagogia com Especialidade em Tiflologia	01

Fonte: Autoria própria (2025)

Mesmo diante de diversas limitações, é possível perceber o esforço da gestão municipal em manter o funcionamento do espaço e garantir o atendimento às crianças. De acordo com a profissional presente no momento da visita, já foram realizadas reuniões com o prefeito e a secretária de educação, visando o levantamento das necessidades para a melhoria da estrutura e das condições de atendimento do local.

3.2 QUESTIONÁRIO

Foi aplicado um questionário a profissional que estava presente no momento da visita, uma pedagoga com especialização em Educação Especial, com o objetivo de compreender de forma mais detalhada o funcionamento do serviço oferecido no CAMP.

Questão 1- Como a sala de Atendimento Educacional Especializado do CAMP ajuda no desenvolvimento dos alunos com deficiência?

Resposta: “A sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do CAMP ajuda muito no desenvolvimento dos alunos com deficiência. Ela é um espaço tranquilo e acolhedor, onde os alunos são atendidos individualmente. Os atendimentos acontecem no contraturno escolar e são pensados de acordo com a necessidade de cada aluno. Com atividades específicas, materiais adaptados e atenção especializada, os alunos conseguem melhorar na fala, na concentração, na convivência e na aprendizagem. Isso faz com que se sintam mais seguros e consigam participar melhor das aulas na escola.”

Questão 2 - Quais são as maiores dificuldades da equipe do CAMP?

Resposta: “Os maiores problemas são que o prédio não tem corrimãos para facilitar a entrada e o deslocamento dos alunos com dificuldade de locomoção, e

possui apenas um banheiro para os funcionários e alunos e não temos ainda água encanada, apenas uma caixa de 500 litros que fica na cozinha. Além disso, faltam brinquedos educativos, jogos especiais e equipamentos como computadores para ajudar nas aulas. Isso dificulta um pouco o nosso trabalho.”

Questão 3 - Como a equipe atual do CAMP influencia no atendimento aos alunos? Que profissionais seriam importantes para melhorar esse serviço?

Resposta: “A equipe pequena faz com que o atendimento fique limitado. Faltam profissionais importantes, como fonoaudiólogo e psicopedagogo, que poderiam ajudar muito no desenvolvimento dos alunos. Para melhorar, seria bom ter uma equipe maior e variada, com esses especialistas junto dos professores e coordenadores. Falo isso porque temos uma fila de espera, mas não podemos acolher todos porque não há espaço nem profissionais suficientes. Os estudantes que estão matriculados neste momento são os que tem os casos mais severos.”

Questão 4 -. Quantos alunos são atendidos atualmente e quais os principais tipos de deficiências?

Resposta: “Atualmente atendemos 33 (trinta e três) estudantes, onde a maioria possui Transtorno Espectro Autista – TEA, TDAH e deficiência intelectual.”

Questão 5- Como é a relação da equipe com a família dos alunos atendidos?

Resposta: “A relação é bem variada, mas a maioria ainda tem uma certa resistência em enviar os filhos para atendimento, acham que a escola é suficiente e não conhecem a fundo como é o nosso trabalho e importância, porém a coordenadora já está realizando momentos de conversas e conscientização dos pais e responsáveis.”

Após a aplicação do questionário e da observação do trabalho e dos arquivos do CAMP, percebe-se que o trabalho da profissional do Atendimento Educacional Especializado - AEE é desenvolvido de forma sistemática e individualizada, tendo

como foco principal o apoio complementar à escolarização dos alunos com deficiência, especialmente aqueles com Transtorno do Espectro Autista. Essa atuação se dá no contraturno escolar, por meio de atividades planejadas de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, identificadas a partir de observações, escuta ativa e relatórios enviados pelas escolas regulares.

A profissional do AEE no CAMP realiza atendimentos individuais ou em pequenos grupos, utilizando recursos pedagógicos adaptados, jogos educativos, materiais visuais, estratégias de comunicação alternativa e técnicas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento da linguagem, da socialização e da autonomia. Também é responsável por elaborar planos de atendimento individualizados, mantendo registros constantes da evolução dos alunos e ajustando as práticas conforme os avanços ou dificuldades percebidas, tudo é arquivo em uma pasta individual de cada criança e organizadas em um armário.

Além do atendimento direto aos estudantes, essa profissional desempenha um papel articulador entre a família e a escola, com os outros profissionais da equipe (a psicóloga e coordenadora), promovendo um trabalho colaborativo que assegura a construção de estratégias para o desenvolvimento integral do aluno. Além disso, presta apoio à adaptação curricular junto a professora e orienta quanto às práticas pedagógicas inclusivas, contribuindo para a superação de barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação plena dos estudantes na sala de aula comum.

A sua atuação tem um importante papel, pois foi notório sua preocupação em considerar o aluno em sua totalidade, respeitando suas diferenças e potencialidades. Trabalhos como esse representam um elo fundamental entre a política pública e a realidade vivida pelos estudantes com deficiência, sendo um exemplo concreto de como o Atendimento Educacional Especializado pode promover, na prática, a efetivação dos direitos educacionais dessa população.

Esse trabalho torna-se ainda mais relevante ao reconhecer que a inclusão não se limita ao acesso físico à escola, mas envolve garantir condições reais de aprendizagem, convivência e desenvolvimento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A implantação do Centro de Atendimento Multidisciplinar e Pedagógico (CAMP) no município de Calçado-PE representou um grande avanço nas políticas públicas de educação inclusiva. A partir das observações diretas realizadas e dos dados coletados por meio de aplicação de questionário, foi possível identificar tanto os pontos fortes quanto os desafios enfrentados na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Os dados apontam que o CAMP vem promovendo um trabalho individualizado com os alunos, considerando suas especificidades e potencialidades. A sala de AEE, tem funcionado como um ambiente acolhedor, com atendimentos no contraturno escolar. Os atendimentos são realizados para atender as necessidades de cada criança, contribuindo para sua permanência e melhor desempenho na sala de aula regular.

Contudo, os resultados também revelam limitações importantes de serem destacadas. A infraestrutura do espaço ainda é precária: o prédio não possui adaptações de acessibilidade, como corrimãos e portas adequadas, e carece de materiais pedagógicos, brinquedos e equipamentos tecnológicos, como computadores e impressoras. Esses recursos, quando existentes, são adquiridos ou confeccionados pelas próprias profissionais. Além disso, o local conta com apenas um banheiro que atende tanto as crianças quanto os profissionais e o abastecimento de água limitado a uma caixa de 500 litros, o que impacta diretamente a rotina de atendimento.

A equipe técnica do CAMP é outro ponto que merece atenção. Atualmente está reduzida em relação ao quadro ideal estabelecido no projeto inicial de implantação. Faltam profissionais essenciais como fonoaudiólogo, psicopedagogo e psicólogo, o que compromete a amplitude do atendimento. A ausência desses especialistas e a estrutura inadequada dificultam o atendimento a todos os alunos que necessitam do serviço, gerando uma fila de espera e priorização de casos mais severos.

Outro ponto observado é a relação com as famílias dos estudantes. Ainda há resistência da parte dos pais ou responsáveis em aderir ao atendimento especializado, muitas vezes por desconhecimento sobre os objetivos do CAMP ou por acreditarem que apenas a escola regular é suficiente. Em resposta a isso, a coordenação tem iniciado momentos de escuta e conscientização com as famílias, buscando fortalecer o vínculo e o entendimento sobre a importância do AEE.

Em síntese, os resultados obtidos revelam que, mesmo diante de desafios estruturais e humanos, o CAMP se consolida como um espaço que tem muito a contribuir para a inclusão escolar no município de Calçado-PE. A dedicação da equipe, o planejamento pedagógico e a busca por formação e ampliação do espaço são elementos fundamentais para que o serviço seja aperfeiçoado e ampliado. O diálogo com as famílias e a garantia de condições adequadas de trabalho são fatores determinantes para alcance seu pleno potencial na promoção do direito à educação com equidade e dignidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da implementação do Centro de Atendimento Multidisciplinar e Pedagógico (CAMP) no município de Calçado-PE evidencia avanços significativos na consolidação de uma política pública voltada à promoção da educação inclusiva. A metodologia adotada no estudo, de natureza qualitativa e descritiva, permitiu compreender não apenas a estrutura organizacional e pedagógica do CAMP, mas também os desafios práticos vivenciados no cotidiano da equipe e da comunidade escolar.

A criação do CAMP representa um passo importante para o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma realidade municipal de pequeno porte. Com base em fundamentos legais e pedagógicos sólidos, o serviço busca atender às necessidades de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, dificuldades de aprendizagem, promovendo sua permanência e desenvolvimento no ambiente escolar.

Contudo, a prática revela tensões entre o ideal e o real. A ausência de parte da equipe técnica, como o psicopedagogo, a carência de mobiliários e materiais adequados, e a estrutura ainda em adaptação apontam para a necessidade de investimentos contínuos na qualificação do espaço. Soma-se a isso a resistência de algumas famílias em aderir ao atendimento, devido à novidade do serviço e à falta de informações claras sobre seus objetivos e benefícios. Essa resistência exige ações constantes de sensibilização, escuta e vínculo entre o CAMP, as escolas e a comunidade.

Apesar desses desafios, o envolvimento da equipe multidisciplinar, o planejamento individualizado dos atendimentos e a articulação com os profissionais das escolas demonstram um esforço genuíno na construção de uma prática inclusiva efetiva. O CAMP já se apresenta como um espaço promissor, com potencial de se tornar referência em atendimento especializado, desde que haja continuidade das ações, apoio da gestão municipal e fortalecimento das políticas públicas voltadas à formação, estrutura e participação social.

Por fim, recomenda-se que o município de Calçado-PE amplie os investimentos, priorize a formação permanente dos profissionais envolvidos, promova campanhas de conscientização junto às famílias e avance na estruturação física e técnica do espaço. Dessa forma, será possível consolidar, de forma mais ampla e sustentável, uma política de inclusão escolar capaz de garantir o direito à aprendizagem com equidade e dignidade para todos os estudantes.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília, DF: Ministério da Educação – Secretaria da Educação Especial, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CASSIANO, M. B.; BRESSAN, M. B. Contextualização histórica da deficiência: histórias de luta e segregação. *Trilhas Pedagógicas*, v. 7, n. 7, p. 305-317, ago. 2017. Disponível em: <https://fatece.edu.br/arquivos/arquivos-revistas/trilhas/volume7/20.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CORREIA, M. L. R.; BAPTISTA, C. M. V. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008: quais origens e quais trajetórias? *Revista On-line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 716-731, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11905/7791>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CORRENT, N. Da antiguidade à contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. Guarapuava, [s.d.]. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/nikolas_corrent_educacao_especial.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/calçado.html>. Acesso em: 17 abr. 2025.

MACHADO, E. M.; VERNICK, M. G. L. P. Reflexões sobre a política de educação especial nacional e no estado do Paraná. *Revista Educação e Nuances*, v. 24, n. 2, p. 49-67, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/2479/2224/7245>. Acesso em: 25 jul. 2025.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem., 1996. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.